



PLANO DE GOVERNO PARA CAMPO GRANDE

FEDERAÇÃO PSOL/REDE

Este documento aqui reconhecido como Plano de Governo, tem por objetivo descrever o trabalho que será desenvolvido pelo Sr. Lucas Gabriel de Sousa Queiroz Batista (Luso Queiroz), candidato a prefeito, e pela Sra. Eliane da Silva (Lya Santos), candidata a vice-prefeita.

O Plano ora apresentado, traduz o anseio de uma gestão realmente comprometida com a população campo-grandense. Trata-se de uma proposta de política pública na qual se vislumbra um amplo desenvolvimento social. Durante todo o mandato a realização dos objetivos almejados estarão atrelados aos valores como trabalho, transparência, responsabilidade, realismo, consistência, criatividade, e acima de tudo, planejamento. Esses são os princípios que deverão caracterizar uma administração forte e verdadeiramente comprometida com os anseios da população. Destaque-se ainda que todas as ações propostas estarão em consonância com a legislação (federal, estadual e municipal), obedecerão ao princípio da sustentabilidade econômica e socioambiental. O Modelo de Gestão a ser implantado, com foco em instrumentos de planejamento e rigoroso acompanhamento de metas, e igualmente sustentado sobre uma forte disciplina de execução também possibilitará a coleta e análise de informações preciosas para a concepção de novas soluções para a cidade no médio e longo prazo. A proposta é a de implantar um Modelo de Gestão, pautado na transparência do uso dos recursos públicos e eficiência nos serviços públicos, como Educação, Segurança, Saúde, Transporte, Infraestrutura, Habitação, Saneamento Básico, Cultura, Turismo, desenvolvimento agrícola, comércio e valorização dos servidores municipais.

Nossa federação homenageia através deste documento, o Deputado Federal Glauber Braga, inspiração de luta e resistência por um Brasil justo!



1. EDUCAÇÃO: FORTALECER A CARREIRA DO PROFESSOR E MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS

Campo Grande ainda tem um longo caminho a percorrer no quesito educação. Apesar de ser uma das cidades mais ricas da região, os alunos da rede pública de ensino se encontram muito aquém do desejado na avaliação do seu desempenho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, prevê em seu artigo terceiro, paragrafo primeiro “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; ademais, o capítulo V da LDB é dedicado à educação especial e prevê “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (art. 59). Nesse sentido, o PSOL/REDE irá garantir que esses direitos sejam seguidos na prática, garantindo a integração e oferecendo suporte adequado aos alunos com necessidades especiais, além de docentes devidamente capacitados para lecionar a esses alunos, evitando acúmulo de funções para o professor da sala.

As escolas não são apenas espaços para o aprendizado tradicional, é cada vez mais demandado que a escola seja um ambiente de integração entre alunos e comunidade, um espaço de aprendizado lúdico, principalmente para a competência municipal (Educação Infantil), e de múltiplas plataformas educacionais, sejam elas computadores, quadra poliesportivas, fantoches, ou uma simples contação de histórias. Mas como realizar isso em Campo Grande, se pouquíssimas unidades têm salas de recursos multifuncionais? A escola não pode impor suas características e sim dar ao aluno possibilidades. E em relação à integração com alunos e comunidades? Como o aluno se sentir parte integrante, ou até mesmo dono de sua escola, se ele não pode ocupá-la livremente? Infelizmente, nenhuma unidade escolar de Campo Grande, abre fim de semana, um claro desconvite à ocupação popular das escolas municipais.



Uma vez citados alguns dos vários problemas diagnosticados pelo PSOL no município, cabe a nós agora nesse Plano de Governo propor ações que resultem em mudança desse cenário, qual seja:

1. Reajuste salarial para os professores do Município, equiparando ao cargo de Vereador.

2. Obtenção de recursos junto aos governos Federal e Estadual para construção de novas unidades de ensino e universalização do acesso no município: Já passou muito da hora da cidade de Campo Grande universalizar seu acesso à

creche e pré-escola. Parte importante do abismo social que faz de Campo Grande duas cidades em uma só, tem a ver com a diferença do dia a dia de uma criança de periferia e de uma criança de classe média na cidade.

Enquanto nos bairros mais abastados não existem crianças de 0 - 6 anos fora do sistema educacional (a não ser por opção das famílias) essa realidade é bastante diferente nos bairros periféricos. Campo Grande tem, a mais de oito anos condições de entregar à sua população o número necessário de vagas faltantes e não o fez e nem ao menos tentou.

3. Adequação das unidades escolares já existentes: Problema bastante citado nesse documento, a qualidade da infraestrutura das escolas de Campo Grande vem se deteriorando tanto quanto a qualidade do ensino. São escolas sem salas multifuncionais ou banheiros adequados, que impedem o bom rendimento de professores e alunos. Com recursos previstos por lei para tais atividades, o município não fez investimentos desse tipo, mostrando ter outra prioridade de investimento. A prioridade do PSOL é a educação e, portanto, não nos interessa manter as unidades escolares da maneira que estão. Uma reforma ou ampliação de unidade, custa menos que uma nova unidade e auxilia na evolução do desempenho de alunos já cobertos pela rede municipal de ensino.

4. Avaliação da proposta político-pedagógica: O PSOL entende a importância das avaliações nacionais de qualidade educacional, mas pensa que a mesma, nos moldes atuais, não dialoga com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e muito menos dialogará com a Nova Base Curricular Comum, muito em pauta nos dias atuais. Acreditamos que a educação, como escreveu Paulo Freire, um dos mais renomados educadores do mundo, que a Educação deva ser libertadora e



emancipadora e não tecnocrática. Além das importantes matérias do currículo tradicional, entendemos que a ludicidade, o empirismo e a empatia sejam fundamentais para o ensino de crianças na idade de 0 a 6 anos. As escolas de Campo Grande não seguem modelo político-pedagógico fundamentado nessas ideias e se debruça somente nos materiais didáticos para transmissão dos conteúdos previamente estipulados. Existem diferentes modelos educacionais que despontam cada vez mais rapidamente no país tanto em escolas públicas, quando privadas, que começam na readequação do espaço escolar, como a queda de muros e a extinção das classes, e terminam na relação professor aluno, que não se dá somente dentro da escola e muito menos em uma única via. Entendemos que o aprendizado pode ser também uma troca de experiências, motivada pela curiosidade do educando e pela disponibilidade do educador em dar vazão às inquietações de seus alunos. Para isso se faz necessária outra concepção de escola, que atraia alunos, professores e comunidades para debater o cotidiano e aplicá-lo no dia a dia escolar. Com escolas fechadas de fim de semana, sem atividades culturais e esportivas, sem espaços adequados para tais atividades e com uma mentalidade de que atividades como essas não são modelos de aprendizado, nunca chegaremos ao topo dessa evolução de pensamento.

Em síntese o PSOL irá:

- Garantir o investimento de no mínimo 25% de recursos, conforme prevê a Constituição Federal, e um processo de transparência em seu uso;
- Ampliação de vagas nas escolas para educação de jovens e adultos (EJA) considerando as suas especificidades e anseios, garantindo transporte público para que estes estudantes possam ter acesso à Educação e políticas públicas de permanência;



- Fortalecer e ampliar a representação no Conselho Municipal de Educação, buscando maior participação da Sociedade Civil neste conselho e também dando visibilidade a sua existência;
- Construir parcerias com os cursinhos populares da cidade e também com as escolas que oferecem cursos profissionalizantes e de nível Superior, como o Institutos Federais e ETECs;
- Construção e investimento em creches, escolas de educação infantil e escolas de ensino fundamental, assim fazendo com que a educação pública possa ser amplamente garantida pelo poder público municipal;
- Em defesa da educação crítica, emancipadora de transformação social: por uma escola que combata o racismo, machismo e lgbtfobia. Contrapondo-nos ao avanço do conservadorismo e da intolerância que reduzem o espaço do diálogo democrático e remontam a períodos sombrios de nossa História, reforçamos o papel da escola como espaço de debate franco e livre de ideias – como espaço, portanto, de crescimento social, cultural e acadêmico. Discutindo numa perspectiva plural, temas que digam respeito ao bem viver das mulheres, dos negros, dos indígenas, das crianças, dos trabalhadores e da população LGBTQIA+;
- Valorização dos profissionais da Educação.
- Propor uma escola que propicie o desenvolvimento integral dos estudantes, criando espaços para o desenvolvimento de atividades lúdicas e artísticas realmente significativas, nas quais os alunos podem ter acesso a diversos recursos que ampliem suas aprendizagens e repertório cultural;
- Criar programas de incentivo à leitura, aumentando o número de bibliotecas pelo município;
- Creches no contraturno para o acesso das mães ao mercado de trabalho e estudos;
- Debate de gênero nas escolas, com os PPP (Projeto Político Pedagógico), com



garantia da Transversalidade dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) e livros didáticos livres de discriminação;

- Escolas em Período Integral para proporcionar atividades extracurriculares após o período de aula (Opcional);

- Defender um mínimo de alunos por sala na educação pública municipal:
Educação Infantil: 0-2 anos 8 alunos, 3-4 anos 12 alunos, 4-5 anos 15 alunos,
fundamental I - 20 alunos e fundamental II – 25 alunos;

- Criação de Concursos Públicos para a manutenção do quadro de profissionais da educação;

- Investir na formação continuada dos profissionais da educação, em parceria com universidades públicas e em horário de trabalho;

- Investir na formação dos professores para a Educação Rural;

- Repensar os espaços físicos das escolas, proporcionando um ambiente saudável para o pleno desenvolvimento das atividades e das relações entre os indivíduos e o meio;

- Fortalecer a rede de proteção social em parcerias com a secretaria da saúde, serviços de assistência social e outros órgãos;

- Defender uma escola inserida em seu território, com um Projeto político pedagógico emancipador e construído por educandos e educadores, que tenha uma gestão democrática e seja reconhecida pela comunidade como espaço de saber, diálogo, autonomia e resistência à normalização da barbárie;

- Reformulação curricular, com a criação de projeto escolares como soberania alimentar, alimentação não convencional e outras ligadas à educação ambiental, não deixando esses temas em projetos isolados que acabam sobrecarregando professores de determinadas áreas, impedindo a transversalidade dos temas e dificultando a reflexão mais profunda sobre a relação destes temas com nosso



modo de vida;

2. SAÚDE: BARRAR A DESTRUIÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA, CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES E EM DEFESA DO PROFISSIONAL DA SAÚDE

A destruição e a renúncia a um sistema público e universal da saúde têm se intensificado nas últimas administrações e os usuários do sistema público de saúde têm sentido isso na pele.

Neste contexto, apresentamos as seguintes propostas para o tema:

- Melhorar a comunicação do poder público em relação à saúde, de modo que o município saiba se encaminhar à devida unidade de saúde de acordo com sua necessidade (emergencial ou crônica), o que desafogaria parcialmente os Prontos-socorros;
- Fortalecimento da medicina preventiva: revitalizando as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e implantando políticas visando a saúde das famílias;
- Revitalização dos conselhos de saúde para radicalizar a democracia num contexto de gestão participativa, tendo o trabalhador da saúde como o principal agente de planejamento da área;
- Reversão de gastos com saúde priorizando as periferias, no intuito de diminuir/erradicar a mortalidade infantil e materna;
- Aumentar os recursos empregados na visita domiciliar de médicos e enfermeiros no atendimento de pacientes acamados;
- Colocar a saúde 100% pública como prioridade no orçamento público;
- Construir um novo Hospital, especialmente sua Maternidade;
- Revitalizar os CAPS, valorizar o psicólogo que terá papel central na reinserção do dependente químico e dependente do álcool. A secretaria da saúde dialogará



com outras secretarias visando a inserção do paciente no mercado de trabalho;

- Revisão e ampliação da garantia de saúde integral e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres de todas as orientações sexuais, em todas as suas fases etária, numa perspectiva de respeito à sua origem racial;
- Construir Hospitais de Periferias;
- Assegurar partos humanizados, pautados em evidências científicas e que promovam a autonomia da gestante e puérpera, com a regulamentação da atividade das doulas;
- Atendimento humanizado e respeito para mulheres transexuais e travestis deve ser obrigação e prioridade, informando e conscientizando toda a sociedade, bem como profissionais de saúde, trabalhadores e gestores do SUS, sobre garantias ao atendimento, considerando as especificidades de saúde dessa população;
- Implantar um serviço de serviço psicológico especializado, nos hospitais de referência de atendimento à mulher, voltado para mulheres em situação de violência que tenham desencadeado quadros psicossomáticos provenientes das violências sofridas;
- Aumento imediato de salário e Concessão de reajustes salariais aos servidores municipais da saúde em valores compatíveis com a inflação do período;
- Fornecimento de produtos de Higiene básica pessoal nas UBS's, tais como Absorventes, creme dental, sabonetes, papel higiênico, Escova dental e etc;
- Distribuição de Fraldas mensalmente para as famílias de baixa renda;



3. ESPORTES E LAZER: FOMENTAR O HÁBITO DA PRÁTICA ESPORTIVA

Apesar da vocação esportiva de nossa cidade, as políticas públicas de esporte e lazer na cidade tem sido sistematicamente deixadas de lado em todas as esferas de poder, com iniciativas pouco integradas e sempre pontuais. Os espaços públicos de lazer, sobretudo o mais distante da região central, tem se tornado cada vez mais escassos impactando em práticas esportivas e atividades físicas muito aquém das potencialidades de nosso município. Ademais, o profissional de educação física tem sido colocado sempre em segundo plano frente aos outros profissionais de educação, como se fosse uma subclasse. É preciso reverter esse quadro.

A prática esportiva, para além de todos os benefícios de saúde proporcionados (como o impacto direto numa maior longevidade e numa melhor qualidade de vida), representa também uma importante ferramenta de integração social entre diferentes classes e idades, além de contribuir para a formação pessoal de cada indivíduo. Estudos apontam que através do esporte se consegue obter uma redução significativa dos índices de violência na região, demonstrando o potencial transformador das práticas esportivas nas regiões menos privilegiadas economicamente.

Nesse sentido, propomos as seguintes medidas:

- Reestruturação física das escolas tendo enfim a prática esportiva, com construção e manutenção eficaz das quadras poliesportivas;
- Valorização do profissional de educação física, equiparando todos os seus direitos e plano de carreira aos dos outros profissionais de educação;
- Usar os totens da cidade e veículos de informação para promover a conscientização em torno da prática esportiva e das boas consequências proporcionadas pela mesma;



- Contratação direta de Educadores físicos;
- Construir novas praças e quadras públicas e usá-las para atividades físicas com supervisão de profissionais da área, peneirando atletas com potencial para prática profissional;
- Fazer ruas de lazer quinzenalmente em cada bairro da cidade;
- Promoção da atividade física como prevenção de problemas de saúde;
- Divulgação ampla do calendário esportivo da cidade, sobretudo nas escolas públicas, contemplando também aquelas atividades que são gratuitas, mas que são pouco divulgadas;
- Livre escolha do aluno e taxa zero dos profissionais de educação física para serviço em academias.

4. MEIO AMBIENTE

Sendo o PSOL um partido Ecosocialista, temos a questão ambiental como uma de nossas bandeiras, não só defendendo a pauta da sustentabilidade, mas visando adotar propostas no sentido de atenuar e denunciar as contradições do modo de produção capitalista e se possível superá-las. Deste modo, fazemos um diagnóstico de tais questões na cidade, levando como pano de fundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que é uma grande conquista tanto para o meio ambiente quanto para a sociedade como um todo.

É impossível dissociar o desenvolvimento de uma cidade das questões ambientais. Campo Grande, em especial, está sofrendo - e sofrerá ainda mais - com as questões relativas ao aquecimento global.

Portanto, vemos a coleta de lixo da cidade como insuficiente e ineficiente, apesar de ser um dos maiores contratos da atual administração da Prefeitura, gerando um gasto



exorbitante com o monopólio de lixo, que precisa ser quebrado urgentemente. Assim, nossas propostas para essa área são:

- Ter como meta a implantação plena da Política Nacional dos Resíduos Sólidos;
- Aumentar a pífia porcentagem de reciclagem na cidade com ajuda das medidas abaixo;
- Auditar as planilhas e custos da coletora de lixo da cidade;
- Checar a viabilidade de quebra de contrato, redirecionando os valores gastos com o monopólio de lixo na cidade para uma coleta via cooperativa de catadores, diminuindo os gastos drasticamente, aumentando emprego e injetando mais dinheiro na economia local, uma vez que as classes marginalizadas estariam sendo inseridas nestes postos de trabalho;
- Alçar os catadores ao título de Agente de Sustentabilidade;
- Coleta humanizada, deixando cada agente responsável por uma área. O agente será apresentado aos moradores dos domicílios de cada área, contato que acarretará maior troca de informações entre as pessoas envolvidas, melhorando os processos que envolvem a reciclagem. Além disso, devido a proximidade entre agente e população, o descarte tenderá a ser feito com mais atenção e da forma devida;
- Aumentar a comunicação do poder público na cidade via outdoors, cartazes, etc., em relação à coleta de lixo e conscientização ambiental (retirando as propagandas de cunho pessoal);
- Priorizar a busca por uma solução acerca da destinação do lixo, seja encontrando, de maneira conjunta com outros municípios, um novo aterro sanitário, seja buscando meios de intensificar a reutilização e reciclagem do lixo;
- Viabilizar Junto ao governo Estadual e Federal, mecanismos para a limpeza do rio Tietê, iniciando com o tratamento e sistemas de esgoto;



5. MINORIAS SOCIOLOGICAS

O PSOL historicamente é um partido que sempre se posicionou em defesa dos direitos das ditas “minorias sociológicas”. Nesse sentido, defendemos a criação de organismos municipais ligados ao gabinete da Prefeitura, com orçamento próprio e capacidade pessoal e técnica, para lidar com esses assuntos, tal como uma Secretaria da Mulher, uma Secretaria de Igualdade Étnica e Racial, e uma Secretaria da Diversidade Sexual, para o desenvolvimento das políticas necessárias para a reversão da situação de ausência de direitos desses setores historicamente colocados à margem da sociedade brasileira.

Nas próximas seções, apresentamos aqui nosso diagnóstico e nossas propostas para cada um desses importantes setores da sociedade parnaibana.

6. NEGROS E NEGRAS

A sociedade brasileira teve seu desenvolvimento calcado na objetificação de milhares de negras e negros escravizados, que, a revelia, foram trazidos forçosamente através de navios negreiros.

Durante um longo período da nossa história, as riquezas do nosso país foram produzidas com a força de trabalho escravo, sem que, ao término do sistema escravocrata, qualquer tipo de compensação fosse efetivada. Infelizmente, as consequências decorrentes de mais de 300 anos de escravidão podem ser observadas até hoje em nossa sociedade.

O genocídio da população negra nas periferias, a dificuldade de acesso ao ensino superior e aos direitos básicos como saúde, educação e habitação são algumas das mazelas decorrentes da escravidão que assolou nosso país.

O combate ao racismo em nossa sociedade é agenda central para a disputa política.



Estamos no meio de 2020 e o estado de SP já contabiliza o maior número de mortes por PMs desde 2001. A população negra é a primeira nas filas do desemprego, por atendimento médico, educação e moradia, por uma sobrevivência que está apartada de direitos sociais.

A pandemia deixou nítido o abismo racial e de classe existente no país: a precarização do serviço público de saúde, as dificuldades de acesso à internet para acompanhamento das aulas online, a ausência de dados sobre a situação da população carcerária em meio à pandemia e a precipitada reabertura no momento em que a Covid-19 atinge, principalmente, os pobres e negros.

É esta população que mais utiliza os serviços públicos, e apresentar em nossos programas municipais, nas eleições deste ano, a centralidade das demandas da população negra é um importante desafio. Fortalecer as candidaturas negras junto a um programa negro e de esquerda para Campo Grande faz parte desse desafio.

Se levarmos em conta a atual situação da nossa cidade, dificilmente quem desconhece a nossa história acreditará que Campo Grande desempenhou um papel importante na história no nosso país. Em Campo Grande, a desigualdade social também está expressa nos índices de segregação racial no município, que mostram o quanto a população negra (preta e parda) reside majoritariamente nos bairros mais periféricos da cidade.

O PSOL defende que cabe à administração municipal garantir os preceitos constitucionais de proteção aos direitos humanos, garantindo os direitos da população negra e indígena e o combate ao racismo institucional.

Inverter as prioridades políticas para atender necessidades e garantir direitos da maioria da classe trabalhadora passa por entendermos que a maioria da classe não é branca, sendo preciso garantir nos programas eleitorais:

- Criar e fortalecer secretarias de promoção da igualdade racial e articular as



políticas de forma interseccional;

- Enfrentar a negligência existente e implementar a Lei 11645/08 com formação continuada;
- Implementar política de reserva de vagas para negros e indígenas em concursos públicos municipais;
- Implementar e fortalecer programas de atenção à saúde da população negra e indígena;
- Estabelecer política de enfrentamento ao racismo ambiental que dê condições de saneamento, acesso à água potável e coleta de lixo, que analise riscos de deslizamentos ou de contaminação química, que defenda a demarcação de terras indígenas e quilombolas e que combata a privatização dos territórios;
- Enfrentar o racismo religioso
- Concursos Públicos: dar efetividade a Lei Federal 12.990, 06.2014, com a reserva de 20% das vagas para candidatas e candidatos pretos e pardos;
- Valorização Cultural: nas escolas de ensino público e privado do município, garantir o pleno cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08, que versam sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros;
- Saúde: Implementar nos serviços de saúde do município a atenção à doenças, agravos e condições prevalentes na população negra, como a Anemia Falciforme;
- Combate a mortalidade: priorizar ações que visem combater a mortalidade infantil, materna e precoce da população negra;
- Respeitar e promover os Direitos Humanos: qualificar, capacitar e aperfeiçoar a Guarda Municipal e demais servidores em Direitos Humanos, com o intuito de combater o racismo e a discriminação nos atendimentos;

Todas estas são pautas que atravessam a luta do movimento negro e irão compor o debate programático sobre qual cidade queremos.



Além disso, o enfrentamento ao extermínio da população negra e ao encarceramento em massa são eixos fundamentais para enfrentarmos o racismo estrutural. Embora grande parte da segurança pública seja responsabilidade do Governo do Estado, as prefeituras não podem fechar os olhos a essa realidade e tem que atuar na prevenção às violações de direitos humanos.

Precisamos nos comprometer com a desmilitarização da atuação da Guardas Municipal, pois, elas têm a função de zelar pela segurança comunitária, e não de atuar contra a população, especialmente aquela em maior vulnerabilidade social.

Outra responsabilidade é assegurar direitos às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e de prática de atos infracionais. Além da responsabilidade direta pelos jovens em medidas socioeducativas em meio aberto, assumindo a responsabilidade pelo futuro dos jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação, pois essas meninas e meninos chegam à prática infracional pela negação total de direitos.

Ao apresentarmos esse plano esperamos avançar na construção de um partido antirracista.

7. DESIGUALDADE DE GÊNERO: COMBATE AO MACHISMO E À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

O Brasil é um país majoritariamente feminino, sendo composto por 51% de mulheres. Entretanto, da mesma maneira que outras minorias sociais (tal como a população afrodescendente, que compõe quase a mesma parcela da população brasileira) às mulheres é reservado apenas um lugar de submissão, de ausência de protagonismo. Para além disso, segundo o censo demográfico do IBGE do ano de 2010, no Brasil os homens recebem, em média, R\$1.587, enquanto mulheres recebem R\$1.074. Quando analisamos esses dados por região, vemos que na região Sudeste, homens recebem R\$



1.847, enquanto mulheres recebem, em média, R\$ 1.271, portanto, as diferenças são maiores ou menores de acordo com a região do país. Apesar dos avanços que as mulheres conquistaram nas últimas décadas, caso o ritmo da redução da desigualdade entre os gêneros se mantenha no mesmo patamar, as mulheres só receberão o mesmo que os homens em 2085.

Ademais, não se pode dissociar o machismo e o racismo em nossa sociedade, e isso se evidencia quando analisamos dados como a taxa de escolarização medida pelo IPEA no ano de 2003. Enquanto apenas 5,2% das mulheres negras têm ensino superior, 18,2% das mulheres brancas e 14,9% dos homens brancos dispõem do mesmo nível educacional.

Levando esses dados em consideração, o PSOL dispõe de propostas objetivando a redução das diferenças entre homens e mulheres, como:

- Ampliar rede de enfrentamento à violência doméstica e de atendimento à população LGBTQIA+, como centros de referência e cidadania de mulheres, casas de passagem e casas abrigo regionais, com equipes multidisciplinares;
- Fortalecer o programa Guardiã Maria da Penha e sua expansão pelos territórios;
- Quanto às vítimas de violência decorrente do gênero: protocolos unificados entre assistência social e saúde, garantia de auxílio-aluguel ou outras políticas de segurança habitacional, capacitação de servidores públicos;
- Ampliar e efetivar legislação antiassédio;
- Reordenar as paradas dos transportes públicos coletivos, a fim de que estejam localizadas em espaços iluminados e de fácil acesso para as mulheres
- Requalificar a iluminação pública, evitando logradouros escuros que vulnerabilizem as mulheres a riscos de violência;
- Garantia e incentivo ao debate das relações sociais de gênero nas escolas municipais, com caráter interseccional (vários lugares de opressão que se



intercruzam) e transversal. Com o Projeto Político Pedagógico (PPP), articulados com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), cuidando do oferecimento de livros didáticos livres de discriminação e estereótipos que mantêm a mulher no lugar de sub-humana. É preciso afirmar a necessidade de que a escola trabalhe com o respeito à condição da mulher e à diversidade sexual;

- Políticas públicas educacionais que combatam a discriminação contra mulheres negras, pobres, lésbicas e transexuais nos diversos níveis de ensino;
- Serviço integrado de combate à violência contra a mulher com a criação de Centros de Referência da Mulher, com o funcionamento multidisciplinar.
- Delegacia da Mulher com funcionamento 24 horas e abertura de Delegacia da Mulher nas periferias;
- Programa de capacitação permanente da Guarda Municipal, bem como das e dos profissionais das delegacias da mulher, do Instituto Médico Legal, do serviço de saúde e das escolas municipais, incluindo as creches, no preparo destes profissionais para melhor atendimento às mulheres em situação de violência;
- Implantação de um serviço especializado de psiquiatria, voltado para mulheres em situação de violência que tenham desencadeado quadros psicossomáticos provenientes das violências sofridas;
- Política de prevenção às situações de violência contra a mulher na rua, com iluminação pública adequada, garantia de que os ônibus poderão parar em qualquer ponto para que as mulheres possam desembarcar à noite;
- Policiamento qualificado na saída das escolas da educação básica, de ensino superior e técnico, pela Guarda Municipal;
- Políticas públicas que possibilitem o debate e campanhas de enfrentamento da cultura machista que historicamente se eterniza nos espaços da sociedade que aceita a violência e impõe às mulheres padrões de comportamento desde seus



relacionamentos até as roupas que utiliza, ao mesmo tempo em que incentiva a mercantilização do corpo;

- Políticas públicas educacionais que combatam a discriminação contra mulheres negras, pobres, lésbicas e transexuais nos diversos níveis de ensino;
- Implantação do programa “Botão do pânico”, entregue às mulheres que são vítimas de violência doméstica, tal como o programa implantado em algumas prefeituras do Brasil.
- Criação de núcleos de amparo e denúncia de violência doméstica nos bairros com oferecimento de auxílio médico e psicológico às vítimas;

8. POVOS CIGANOS

A população cigana é negligenciada desde tempos imemoriáveis. Acredita-se que chegaram ao Brasil por volta do século 16, após terem sido deportados pela coroa portuguesa. Atualmente, existem três diferentes etnias em território nacional: os Rom (originários da Romênia), Calom (originários da Espanha e Portugal) e os Sinti (advindos da Alemanha e França, principalmente após as grandes guerras mundiais).

Campo Grande por ser uma cidade cosmopolita e ter histórico de alinhamento com os ciganos, pode contribuir imensamente para a redução do estigma enfrentado por esse povo.

Sendo assim, o PSOL sendo um partido que zela pelos direitos das minorias, propõe as seguintes medidas:

- Trabalhar junto à secretaria de cultura na criação, e divulgação, de mais eventos relacionados aos povos ciganos, visando reduzir o estigma sofrido por essa etnia;
- garantia de cumprimento da lei de número 12.228 que institui o Estatuto de Igualdade Racial, visando não apenas assegurar os direitos da população negra,



mas, também, de outras etnias;

- distribuição do “Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos” (criado pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial) nas escolas, visando informar os diretores e professores acerca dos direitos dos povos ciganos, em especial o direito à Educação Itinerante, para que eles possam trabalhar a temática em sala de aula e até mesmo ajudar alunos ciganos acerca de seus direitos;
- Trabalhar junto à secretaria de educação para oferecer palestras e/ou cursos de curta duração para professores, além de material sobre a cultura cigana, para que os professores aprendam e possam ensinar sobre esses povos, visando até mesmo, estimular o ingresso de mais jovens ciganos às escolas;

9. REFORMA URBANA: ELIMINAR O DÉFICIT HABITACIONAL E UNIVERSALIZAR O SANEAMENTO BÁSICO

A especulação imobiliária tem sido voraz na cidade nas últimas décadas. Como consequência, moradores de baixa renda são cada vez mais expulsos de nossa própria cidade, seja para os municípios vizinhos, seja para áreas da cidade sem condições básicas de habitação (ou até mesmo sem regulamentação).

Evidência disso é a necessidade de novas moradias para o município de Campo Grande, numa cidade onde se proliferam casas e terrenos vazios e que é detentora de um dos maiores orçamentos de Mato Grosso do Sul.

Em se tratando da questão do saneamento (um direito básico), apesar da publicização dos números de 1º mundo, estas estatísticas simplesmente ignoram o perímetro dito “não urbanizado”. Ou seja, muitas das famílias que há décadas esperam por regularização de seus terrenos continuam, por conta dessa situação, a viver sem



saneamento básico e condições dignas de vida, inexistindo para as estatísticas.

Enquanto isso, Aguas Guariroba e Prefeitura costumam fazer um “jogo de empurra” para resolver o problema realizando audiências públicas que não levam a nada sem dialogar com aqueles que não têm esse direito garantido.

Propostas:

- Prioridade à implementação plena do Estatuto da Cidade;
- Revitalização do centro da cidade e dos cortiços, criando moradias, comércios, visando dar função social - também fora do horário comercial - a essas áreas.
- Empoderamento dos movimentos de moradia ampliando sua participação dentro do Conselho de Desenvolvimento Urbano;
- Prioridade ao combate à especulação imobiliária, usando os instrumentos dentro do estatuto da cidade como: IPTU progressivo, desapropriação, instituição de zonas especiais de interesse social, concessão de uso especial para fins de moradia, etc.
- Mapeamento dos imóveis inutilizados ou subutilizados para a utilização dos instrumentos acima citados visando combater o déficit habitacional, especulação imobiliária, favelização e a falta de função social, etc.
- Criar mais ZEIS (zonas especiais de interesse social) com a participação direta dos movimentos de moradia e em conjunto com uma Câmara Técnica de ZEIS;
- Atualização no mapeamento de áreas irregulares, visando regularizá-las, tirando do papel o Plano de Regularização Fundiária;
- Regularização também urbanística das áreas irregulares;
- Promoção de saneamento básico universal na cidade com prioridade para as áreas historicamente solicitantes de saneamento e até hoje não atendidas;



10. TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA: PRIORIZAR O TRANSPORTE COLETIVO, ESTIMULAR O USO DE BICICLETAS E TORNAR A CIDADE MAIS “CAMINHÁVEL”

O crescimento da frota de veículos motorizados em Campo Grande é alarmante. A solução passa por investir mais nos meios de transporte coletivos e alternativos junto a outras políticas que não sejam meramente paliativas para a cidade.

Há anos o sistema público de transporte coletivo em Campo Grande é marcado por contradições que saltam aos olhos de qualquer observador: uma tarifa que não condiz com a dimensão geográfica da cidade, a ausência de cobradores que sobrecarrega o trabalho dos motoristas, gerando a eles uma série de problemas de saúde, e a existência de dois sistemas que se sobrepõem (os ônibus circulares e os “seletivos”) com diferentes padrões de qualidade.

Houve um processo de precarização do transporte público na cidade a partir de meados dos anos 90. A partir de então a “lógica do mercado” passou a vigorar com força na cidade e a prevalência do lucro sobre a qualidade do serviço para o cidadão se tornou cada vez mais forte. A cada ano novas “surpresas” apareciam para os usuários de ônibus da cidade, como os aumentos sucessivos na tarifa, sem que se tocasse na alta taxa de lucro da empresa responsável pelo serviço de transporte público na cidade. Para além da tarifa abusiva, a ausência de cobradores nos ônibus é outro grande problema.

O acúmulo de funções por parte dos motoristas adotado na década passada ocasionou protestos de todas as partes, tanto dos usuários dos transportes, quanto dos motoristas que trabalham para a empresa que gere os transportes na cidade, mas a Câmara de Vereadores de Campo Grande mais uma vez virou as costas para a população que a elegeu. O argumento naquela época era que a tarifa poderia ser diminuída com a



aprovação da medida, com a redução de encargos trabalhistas que caberiam à empresa. Porém, o que se viu foi apenas a diminuição de postos de trabalho na cidade seguida do aumento das tarifas nos últimos anos.

Hoje se sabe que a dupla função dada aos motoristas prejudicou e muito a saúde deles. Muitos se afastaram de seu trabalho por recomendação médica e aqueles que se mantiveram trabalhando sofrem com crises nervosas recorrentes. A medida também gerou consequências para os usuários: os trajetos se tornaram mais demorados por conta do tempo gasto pelo motorista para manejar o dinheiro da passagem, isso sem falar no risco de se estar em um transporte no qual o motorista além de dirigir deve se preocupar com o troco do usuário. A Câmara dos Deputados recentemente arquivou recentemente uma proposta que proibiria as empresas de transporte público de adotarem essa medida, mas em âmbito municipal é possível que uma legislação específica sobre o assunto seja criada, tal como fizeram alguns municípios brasileiros. Enfim, este é o retrato do transporte público em Campo Grande: por um lado um transporte convencional caro que não condiz com as distâncias percorridas pelos ônibus, e por outro os “seletivos” como um privilégio dos que podem se dar ao luxo de pagar uma tarifa mais cara, mas ineficiente nos horários de maior utilização; ambos de alto risco por conta do acúmulo de funções dos motoristas. Essa má qualidade do sistema tem levado cada vez mais pessoas a buscarem soluções próprias para se deslocarem diariamente, sobretudo com o uso de carros e motos, o que só piora o problema do trânsito na cidade.

O uso massivo de bicicletas na cidade também poderia ser outra possibilidade de reduzir o problema do trânsito, mas para isso o meio de transporte deveria se tornar prioritário na cidade.

Apesar da recente expansão da rede de ciclovias da cidade, não há um programa municipal para que o uso de bicicletas se torne massivo pois não há estímulos para que



surjam novos ciclistas na cidade. Para isso, seria necessário a criação de bicicletários públicos, que poderiam ser utilizados por todos os ciclistas e lhes daria muito mais conforto e segurança na hora de utilizar esse meio de transporte. Para além disso, a péssima manutenção das ciclovias, com exceção da que se localiza na região do Alphaville, também afasta os ciclistas de certas rotas da cidade, aumentando o seu risco de se envolverem em um acidente no meio do trânsito.

Por fim, a administração municipal do PSOL se compromete a tornar a cidade mais “caminhável”, mais agradável para os pedestres, para que os deslocamentos a pé se tornem mais rotineiros para os munícipes. Visamos criar uma malha de transporte público que tenha lógica e que seja pensada para além da cidade, já que as fronteiras dela são artificiais. Campo Grande deve ter o transporte pensado e discutido como integração das outras cidades ao seu redor e nas milhares de pessoas que vem de outras cidades para seus trabalhos. A cidade muitas vezes se mostra hostil àqueles que se deslocam a pé, com calçadas irregulares e mal cuidadas, mal iluminadas, e com poucos locais de descanso (tal como bancos em praças públicas e em grandes avenidas).

Essa lógica de cidade que privilegia apenas os deslocamentos motorizados ou então de grandes distâncias precisa ser superada, para que as pessoas cada vez mais se sintam acolhidas por sua própria cidade. As saídas coletivas de mobilidade são nossa prioridade. Nesse sentido, reiteramos a defesa ao Passe livre.

Dado esse diagnóstico, apresentamos as seguintes propostas para o tema:

- Auditorias dos contratos e planilhas estabelecidos com o Consorcio Guaicurus, os vereadores que tomarem posse nesta nova legislatura que se inicia também devem ser cobrados neste sentido, para que se revise o preço da tarifa municipal;



- Uma vez auditado o contrato, se achada alguma falha no cumprimento deste, romperemos com a Guaicurus, e criaremos a Companhia Municipal de Transportes, otimizando o gasto público e servindo melhor os munícipes.
- Se não for possível quebrar o monopólio do transporte rever urgentemente o subsídio de recursos públicos, checando a possibilidade de reverter parte destas quantias para uma concorrência pública de transporte.;
- Transporte público gratuito para trabalhadores desempregados, que trabalharam por pelo menos 6 meses no último emprego com carteira assinada e foram demitidos sem justa causa. A medida tem respaldo na legislação e toma como modelo o Projeto de Lei apresentado na Câmara de Vereadores de São Paulo, pelo vereador Toninho Vespoli, também do PSOL;
- Implantação de um cartão de “Bilhete Único”, tal como em São Paulo, que permite ao usuário de ônibus pagar apenas uma passagem caso pegue mais de um ônibus em um determinado período de tempo;
- Criação de bicicletários públicos na cidade, para que os ciclistas tenham mais segurança para guardar suas bicicletas e para que mais pessoas sejam estimuladas a usar esse meio de transporte, sem correr o risco de terem a bicicleta furtada na rua;
- Criação e fortalecimento de um conselho que discuta o atual Plano Municipal de mobilidade urbana que conte com a participação de diferentes categorias trabalhistas e organizações sociais envolvidas no assunto, tais como ONGs ligadas ao transporte cicloviário, movimentos sociais pela redução da tarifa, servidores municipais ligados à área do transporte público, etc.;
- Colocação de bancos públicos em avenidas de grande circulação;
- Ciclovias e ciclo-faixas integrando todas as principais vias da cidade como forma de garantir maior segurança para este meio de transporte;
- Campanhas de conscientização dos motoristas sobre a importância de respeitar



a distância dos ciclistas em vias públicas;

- Disponibilizar o Passe Livre em determinados horários em finais de semana para que a população, principalmente a mais carente, tenham acesso ao direito à cidade e à cultura, visto que a mobilidade urbana não deve ser voltada unicamente para o trabalho;

11. ACESSIBILIDADE E POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

“NADA SEM NÓS PORQUE TUDO É SOBRE NÓS”. O PSOL tornou-se imprescindível na luta para a organização política das pessoas com deficiência, interna e externamente, através do SETORIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DO PSOL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, que vem atuando para organizar e pautar o debate sobre inclusão numa perspectiva socialista.

A luta política das pessoas com deficiência deve ser a luta de todas e todos contra o capitalismo, que encontra nos partidos de direita sua representação política e defende, via de regra, a hegemonia das elites, com sua polarização na maioria branca, hétero, burguesa e “sem deficiência”. Suas pautas para nós são quase sempre de natureza assistencialista, calcadas em paradigmas desqualificantes, que de modo algum refletem os avanços conquistados pelos movimentos mundiais de luta e defesa das pessoas com deficiência.

É, portanto, no socialismo, cujo foco é a construção de uma sociedade justa e igualitária, ou seja, não excludente, que se busca o reconhecimento amplo e concreto dos nossos direitos. Entretanto, por uma doutrinação ideológica cultural, cuja origem se perde no tempo, mesmo em muitos partidos de esquerda, esta pauta é inexpressiva, nunca colocada entre as principais bandeiras programáticas. Nosso trabalho no PSOL tem sido de alertar e alimentar o partido acerca desta realidade. Na perspectiva da



transversalidade, qualquer ponto de um plano de governo deve levar em conta a realidade deste público, presente em todas as classes, épocas e regiões.

Apesar de Campo Grande estar sempre entre as cidades mais bem avaliadas para se viver, a cidade ainda não é para todos. Tal afirmação pode ser vista na questão da acessibilidade, já que o município – principalmente na periferia – não conta com calçadas nem vias públicas preparadas para o livre fluxo de pessoas com algum tipo de deficiência.

Neste contexto, apesar de termos ao nosso lado a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), faz se necessária sua implantação plena.

Em seu artigo primeiro a Lei estipula como seu propósito:

Art. 1º - É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008⁴⁶, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil⁴⁷, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009⁴⁸, data de início de sua vigência no plano interno.”

Desta forma, temos uma série de propostas para o tema, visando a implementação



efetiva da LBI:

- Expandir as calçadas com piso tátil por todas as regiões da cidade, facilitando a circulação dos portadores de deficiência visual;
- Obrigatoriedade dos restaurantes e bares da cidade de apresentarem uma versão do seu cardápio em braile;
- Adequação do passe-livre para acompanhantes de pessoas deficientes para que seja válido seu uso também quando o deficiente não está presente, permitindo que o acompanhante possa voltar para a casa enquanto a pessoa recebe tratamento ou está em horário de aula e depois possa voltar para busca-lo sem pagar a tarifa;
- Sinalização de quais ônibus passam em cada ponto de ônibus e das principais vias da cidade em braile;
- Rampa de acesso em todas as vias e largura de no mínimo um metro;
- Oferecer esportes para pessoas com deficiência;
- Implantação de um Núcleo de Apoio Psicossocial (NAPS) especializado em atendimento de pessoas com deficiência cognitiva e suas famílias;
- Construção de unidades e ampliação de serviços das seções centro de valorização da criança (SVC);
- Criação de um centro de valorização da criança (SVC) especializado em atendimento de deficiências cognitivas graves. Atualmente não existe um atendimento para estes casos nos centros municipais.
- Acessibilidade físico-arquitetônica, comunicacional, social, atitudinal e todos os seus derivados, é um aspecto primário a ser considerado. Deve-se levar em conta o conceito de micro acessibilidade que chegue à vida concreta das pessoas, em seus bairros, nas escolas, no trajeto para o trabalho, no acesso aos espaços públicos, na cobrança às iniciativas privadas, enfim, criar condições para



a plena participação de todos, já que muitas estruturas, a começar por muitos espaços públicos, impedem, por si sós, o acesso a todos os cidadãos;

- A prática das políticas pelos Conselhos Municipais da Pessoa com Deficiência, deve ser ampliada para todas a cidade e receber a devida relevância na cogestão do município. Ações intersetoriais, de intercâmbio contínuo com os demais conselhos, devem ser estimuladas a fim de garantir a isonomia e equidade na condução de todas as políticas públicas.

12. CULTURA

Cultura para a liberdade e a emancipação: diretrizes gerais para programas de cultura na cidade de Campo Grande.

Embora a cultura jamais tenha ocupado um espaço central no debate político, não se pode ignorar que ela representa um campo em que o capitalismo contemporâneo exerce, cada vez mais e com maior voracidade, sua ação predatória. Pelo menos desde os anos 1940, quando surgiram os primeiros grandes estudos sobre a indústria cultural, a investigação nesta área revela a imbricação profunda entre a produção de bens simbólicos e o funcionamento da sociedade de mercado, da alienação e do consumo de massa. No Brasil atual, marcado por múltiplas dependências típicas de um país periférico, o colonialismo cultural é o resultado da nossa formação social, caracterizada pela escravidão, pela brutalidade e vulgaridade das elites, pela desigualdade social e pelo oligopólio na mídia. Chocam-se, então, duas concepções de arte e cultura. Uma que reconhece seu valor civilizacional e sua capacidade de emancipação humana. Nesta perspectiva, a cultura é vista como um direito, da mesma forma que a saúde, a educação ou a moradia. É um direito porque constrói a identidade de um povo, aguça nossos sentidos, aprimora nossa compreensão do mundo e de nós mesmos. Arte e cultura são práticas sociais que permitem a representação e a fabricação do mundo. Por



isso, em todos os tempos há quem tente domesticá-las, transformando bens simbólicos em produtos que se compram e vendem. Nós propomos, ao contrário, a alegria criativa do povo, que resiste, propõe e transforma. Esta concepção de cultura que propomos é necessariamente antissistêmica, incompatível com o capitalismo e seus velhos ou novos modelos de negócios. Ela diz respeito à criação e fruição de bens comuns.

Em contraposição, existe outra concepção de cultura, gestada, parida e sustentada pelo capitalismo. Mas como se opor eficazmente a este modelo quando estamos mergulhados nele?

Somente um projeto inédito, criativo e radical pode resistir ao canto das sereias das novíssimas economias criativas e sua ideologia do empreendedorismo, do soft power e da monetização cultural. Em uma sociedade desigual, a produção e o acesso à arte e à cultura são também desiguais. Por isso, uma política pública cultural de esquerda deve ser emancipadora e inverter as atuais prioridades. Onde só o centro era a vez, agora é também a vez da periferia. Uma nova política cultural precisa ser mais negra, mais feminina, mais LGBT, mais descentralizada, mais democrática. Nossa cidade é plural e nossa cultura deve ser plural.

Nesta nova política cultural, não cabe o modelo da renúncia fiscal como vem sendo praticada por todos os governos até aqui. Sem exceção! O truque da renúncia fiscal, coelho tirado da cartola (neo)liberal, transfere a verba e a gestão pública para a iniciativa privada. A vida cultural não pode ser decidida por departamentos de marketing das empresas. Os impostos devem ser usados com critérios sociais, transparência e ampla participação popular. No lugar de indivíduo e lucro, propomos coletivo e bem comum. Nesta cobiçada arena da cultura contemporânea, nossa meta é combater as desigualdades e radicalizar a democracia. E, na hora de debater as cifras, vamos inverter novamente: será sempre a economia para a sociedade, e não a sociedade para a economia. Por isso propomos uma política cultural radicalmente diferente, em que a



liberdade, a diversidade, a criatividade e a autonomia sejam a regra. Cultura em que a juventude e os povos originários tenham vez, em que o meio ambiente seja respeitado. Este é o caminho da arte e da cultura que queremos e que é possível construir. Que o cálculo egoísta não impeça a cultura livre de uma vida livre. Utopia é o desejo e o passo que amadurecem o futuro.

A cidade de Campo Grande têm um grande desafio neste início de uma nova década para o futuro do setor cultural. Além dos desafios postos em 2020 pela pandemia do novo Corona Vírus, temos também um triste histórico recente de desmontes e ataques à cultura em diversas regiões do estado. No caso específico do MS é em Campo Grande, foram diversos ataques nas políticas culturais, com redução de orçamento público da cultura e dezenas de casos de censura e de perseguição à agentes culturais por parte do governo e da Prefeitura de Campo Grande. Com o advento da aprovação da PEC e da Lei do Plano Nacional de Cultura no ano de 2005, um movimento muito importante começou a acontecer em centenas de municípios do Brasil: a construção do Sistema Nacional de Cultura! Cidades dos mais diversos tamanhos e vocações culturais começaram a implantação dos seus Sistemas Municipais de Cultura.

Apesar da rica cultura de nosso país e de nossa cidade, essa área das políticas públicas tem sido constantemente desprestigiada pelas últimas administrações municipais por não ser considerada como “estratégica e prioritária”. Em Campo Grande.

Em tempos de crise econômica (tal como a atual), a tendência é que os governos invistam ainda menos na cultura e, apesar da atual administração alegar que não houve cortes e nenhum serviço ou evento do calendário oficial da Cidade deixou de ser realizado.

Em nossa cidade, a administração da Secretaria de Cultura atualmente faz parte de uma aliança meramente eleitoral e não em prol da Cultura, sendo gerida de acordo com as



coligações feitas durante as eleições e nomeada de cima para baixo. Há pouca autonomia da secretária no organograma, orçamento e nos investimentos da pasta. As nomeações políticas também são utilizadas nos demais cargos de gestão da Secretaria da Cultura, em detrimento de valorizar fazedores de arte e pessoas de notório saber dessa área temática de nossa região.

Ao mesmo tempo, parte dos recursos da Secretaria de Cultura são dados a eventos que não são essencialmente ligados ao setor cultural e não existe mais festivais tradicionais e iniciativas independentes.

De uma perspectiva mais ampla, a situação da Cultura não é melhor nas outras esferas de poder.

Foi na construção coletiva que esse modelo sistemático se construiu e, hoje, é reivindicado pelos Movimentos de Cultura de todo Brasil e também do estado de MS. Foi a continuidade da implantação dos Sistemas Municipais que permitiram que o SNC sobrevivesse aos desmontes e rupturas políticas. Todavia, com a crise pandêmica do Corona Vírus, o SNC ganhou um novo fôlego para seu avanço, graças à aprovação da Lei Aldir Blanc, que pela primeira vez na história utilizará o mecanismo de repasse fundo a fundo, o mecanismo central do SNC, para distribuir recursos para todos os municípios do Brasil. A participação social também ganhou fôlego. Os trabalhadores da cultura estão mais uma vez mobilizados e organizados para construir as políticas culturais pela base!

Dado esse diagnóstico, o PSOL acredita que maior atenção deve ser dada à essa área das políticas públicas, tão negligenciada pelas últimas administrações, e a Cultura deve ser tratada como um direito de todos os cidadãos, independentemente da área em que residam no município. A cultura precisa ser compreendida em sua tridimensionalidade por qualquer gestor público: enquanto fator de cidadania (transversalidade com outras áreas), simbólico (contextos e manifestações artísticas em si) e econômico (como setor



produtivo financeiro na sociedade) e não podemos negligenciar o rico passado que Campo Grande possui na área cultural, com um histórico diretamente ligado ao campo da esquerda e de seus militantes e simpatizantes.

As ações voltadas à área da Cultura devem ser descentralizadas pelas diversas regiões da cidade e focadas principalmente nas que carecem de equipamentos públicos culturais. Ademais, uma série de mudanças administrativas poderiam ser feitas, estimulando a participação da classe artística e da população como um todo nos eventos culturais da cidade.

Nesse sentido, apresentaremos propostas nas áreas administrativa, de financiamento, e de cada segmento cultural:

- Orçamento compatível com a importância social da Cultura;
- Editais, leis, programas e fundos desburocratizados com dotação orçamentária própria e comissões julgadoras plurais e democráticas. Restrição radical dos mecanismos de renúncia fiscal em favor de investimentos diretos, garantindo uma cultura plural e inclusiva para o conjunto da população;
- Inversão das atuais prioridades. Transparência e participação efetiva da população na gestão das políticas culturais através de conferências e outros mecanismos de formulação e decisão, promovendo a integração e a transversalidade da arte e da cultura em todos os setores da vida social, como a educação, o esporte, o meio ambiente, a comunicação e o trabalho;
- A implantação do Sistema Municipal de Cultura;
- Regulamentação e aprovação da lei do Sistema e do Plano Municipal de Cultura;
- Nomeação de secretário e cargos comissionados preferencialmente para artistas e produtores culturais de notório saber em detrimento de alianças partidárias ou eleitorais, sendo escolhidos pela própria classe artística da cidade;
- Capacitação dos agentes públicos em cursos e seminários de gestão cultural,



atendimento à população com deficiência (cursos de Libras) e outros públicos específicos;

- Criação do Sistema Municipal de Indicadores e Informações Culturais (SMIIC), em código aberto e plataforma virtual com transparência e participação efetiva da sociedade civil para acompanhamento das políticas do setor;
- Reformulação da lei e regimento do Conselho de Cultura de Campo Grande, garantindo maior representatividade da sociedade civil na composição do órgão e de sua respectiva pauta;
- Assegurar o aumento gradual do orçamento público da Prefeitura Municipal de Campo Grande para a Secretaria da Cultura, e para os festivais e eventos de produtores culturais independentes tradicionais do município;
- Criar edital de circulação de produções e práticas culturais em espaços comunitários e bairros em situação de vulnerabilidade social;
- Criar edital de intercâmbio para fazedores de arte local terem acesso à transporte e realizarem pesquisas e produções junto de demais fazedores de arte do Brasil;
- Criar ocupação artística em forma de edital para realização de pesquisa, produção e programação, galerias artísticas e nos auditórios dos centros culturais distribuídos pela cidade;
- Subsidiar com recursos públicos o Fundo de Assistência à Cultura, realizando editais segmentados para as áreas de literatura, preservação, música, artes visuais e plásticas;
- Criar editais específicos de fomento para pesquisa em teatro e dança, e para produção e itinerância no segmento audiovisual;
- Incluir nos programas de políticas culturais as ações afirmativas de igualdade de gênero, racial e de diversidade sexual;
- Estimular o conceito de curadoria coletiva junto de fazedores de arte local para a



realização de programação cultural da Cidade;

- Ocupação de espaços públicos ociosos ou pouco utilizados, para que artistas independentes, grupos, companhias, coletivos, entre outros possam realizar ensaios de espetáculos de dança em fase de criação, montagem ou apresentação;
- Tornar o Carnaval e outras festas tradicionais uma festa municipal, tornando responsabilidade da prefeitura a organização e segurança para o acontecimento do evento;
- Criar uma incubadora criativa, desenvolvendo oficinas e assessoria para os artistas e produtores na elaboração de projetos culturais, integrando setores dos centros culturais e das vilas criativas;
- Estimular como contrapartida de festivais subsidiados pela Prefeitura a realização de uma ação formativa e/ou apresentação artística, como também de realização de rodas de partilha do segmento em sua programação;
- Fomentar com ações permanentes a comunicação alternativa, comunitária, mídia livre e educomunicação como espaços de fluir o saber cultural;
- Fomento e apoio a fóruns temáticos integrando artistas, acadêmicos e demais áreas;
- Ampliação das ferramentas de comunicação para maior transparência e participação social nas políticas culturais, investimentos, cursos e programação local;
- Maior participação dos grupos artísticos locais nos espaços públicos municipais;
- Promover um programa de intercâmbio de professores e alunos com escolas de artes cênicas;
- Expandir os festivais culturais que já ocorrem na cidade, incluindo um mínimo de 25% de apresentações de grupos da região.



- Realizar oficinas literárias voltadas à formação profissional, tendo como objetivo o aprimoramento das técnicas e o conhecimento dos escritores, o agenciamento literário e o aprendizado na elaboração de roteiros de cinema, televisão e teatro;
- Criar ou apoiar as classes artísticas locais a organizarem festivais de literatura, dança, artes visuais e cultura digital;
- Criar programas integrados de artes com a Secretaria da Cultura, da Saúde, da Assistência Social;
- Instalação da Biblioteca Central em imóvel apropriado e de fácil acesso, incluindo-se a acessibilidade a todos os tipos de deficiências, notadamente a visual;
- Abrir vagas de estágio remunerado com processo de seleção aberto a estudantes, e de maneira não restrita tal como ele é atualmente;
- Possibilitar licença de comércio para agremiações de carnaval da Cidade, com contrapartida social em festas e eventos de cultura carnavalesca;
- Estimular eventos literários no formato de festivais locais nos espaços históricos e turísticos da Cidade;
- Implementar um centro de formação e serviço educativo, visando a mediação da arte, incentivo, produção e capacitação de artistas, para o desenvolvimento de projetos de linhas de pesquisa, preservação de acervo e formação de público;
- Restaurar e catalogar todo o acervo de artes plásticas (quadros e esculturas) patrimoniado da Secretaria Municipal da Cultura;
- Criação da Renda Básica Cultural, visando apoiar produtores culturais em situação de pobreza;
- Valorização e incentivo as tradições e espaços culturais.



13. TRABALHO E RENDA

- Criação da Renda Básica Cidadã;
- Fortalecimento da Controladoria Geral do Município que trabalhará junto da Procuradoria Geral do Município investigando a atuação do Executivo e Parlamentares. As licitações passariam para a responsabilidade desses dois Órgãos. Tais ações otimizariam o gasto público e melhorariam o emprego de recursos nos contratos fechados por licitação, gerando divisas para o investimento municipal que gera emprego e renda;
- Cobrar as Dívidas ativas do município, que demonstram a conivência da prefeitura com as grandes empresas (que muitas vezes são doadoras dos partidos tradicionais) no desfalque dos cofres públicos. Recuperar parte desses valores aumentando a capacidade de investimento da Prefeitura, aquecendo a economia local;
- Diminuição dos aluguéis pagos pela prefeitura. Com o Estatuto da Cidade a prefeitura pode realocar suas instalações em lugares sem uso social economizando milhões em aluguéis, emprestando essas quantias economizadas a quem mais precisa para empreender;
- Microcrédito: Dispondo das divisas que seriam liberadas conforme citado nos tópicos acima, fazer parceria com bancos para criação de microcrédito municipal para o pequeno empreendedor. As linhas de crédito seriam disponibilizadas com taxas de juros menores que as do mercado. A injeção de dinheiro no empreendedor local recuperaria parcialmente a capacidade de geração de emprego impactando no consumo da cidade, gerando renda;
- Geração de emprego e renda: financiamento e linhas de crédito para a criação



de hortas públicas e agricultura familiar, garantindo também a segurança alimentar dessa região com alimentos mais baratos e saudáveis. Financiamento e linhas de crédito para o ecoturismo e turismo de aventura na região;

- Fornecer uma comissão de suporte às cooperativas, visando instruí-las para os processos de licitação, nas quais terão preferência (conforme aponta a lei de licitações) por distribuírem mais renda e terem postos de trabalho menos precarizados;
- Direito à amamentação digna, incentivando e fiscalizando a aplicação da portaria 193 do Ministério da Saúde, que prevê salas de amamentação nas empresas e espaço próprio;
- Construir e/ou ampliar a rede de restaurantes populares e oferecer cozinhas e lavanderias coletivas nos bairros;
- Capacitar e qualificar profissionalmente as mulheres, inclusive nas áreas consideradas tradicionalmente como masculinas, garantindo a inclusão digital e observando as especificidades geracionais, culturais, territoriais e étnico-raciais
- Campanhas para estimular a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres;
- Valorizar o trabalho doméstico remunerado e incentivar a formalização das empregadas domésticas;

14. SEGURANÇA PÚBLICA

Embora a Constituição Federal torne uma prerrogativa do governo estadual zelar pela segurança pública da população, a segurança dos munícipes de uma cidade é responsabilidade de todos e a prefeitura tem inúmeras possibilidades de atuar neste segmento, principalmente em medidas de prevenção.



Investimentos em educação básica, urbanização das áreas menos privilegiadas economicamente, iluminação pública, acessibilidade para aumentar o número de pessoas circulando nas ruas, são exemplos de ações que o governo municipal pode implementar, atuando na prevenção dos crimes.

Dado esse diagnóstico e dentro das limitações estipuladas pela Constituição Federal, apresentamos as seguintes propostas para o fortalecimento da segurança pública:

- Criar abrigos sigilosos em rede de atendimento reunindo serviços de segurança pública, assistência social e saúde para acolhimento de mulheres, idosos, crianças e adolescentes, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, imigrantes em situação de violência ou prostituição;
- Implantar Núcleos de Atendimento Integrado para atendimento de adolescentes que cometam atos infracionais;
- Criar Centros de Convivência das Mulheres com atendimento interdisciplinar (psicossocial e jurídico), abertos a todas as mulheres;
- Criar centros de educação, recuperação e atendimento psicossocial ao homem agressor;
- Quanto ao uso de novas tecnologias, realizar relatórios de impacto para avaliar potenciais riscos a direitos fundamentais, e amplo debate social sobre processamento de dados pessoais pela administração pública, dando preferência a tecnologias que não firam a privacidade;
- Investir em políticas de redução de danos para tratamento especializado, digno e laico àqueles que sofram de transtornos causados pelo abuso de álcool e outras drogas, em oposição à violência e outras políticas higienistas;
- Implementar leis de ordenamento territorial que misturem usos nos bairros (evitando regiões vazias à noite) e incentivem fachadas ativas e janelas voltadas para rua, promovendo vigilância pela permeabilidade visual;



- Manter ruas e demais espaços públicos bem iluminados e zelados; exigir dos particulares a manutenção e o uso social de seus imóveis, tanto no espaço urbano quanto no rural;
- Promover a reforma urbana para evitar implementação de loteamentos irregulares pelo crime organizado;
- Auxiliar na segurança preventiva das pequenas propriedades, incentivando a agricultura camponesa de bases agroecológicas, para a redução de conflitos agrários;
- Desenvolver ações conjuntas de fiscalização urbana e ambiental, com os órgãos municipais, estaduais e federais correspondentes, e de educação ambiental;
- Ofertar amplos programas de mediação de conflitos junto ao corpo docente, ao quadro de apoio pedagógico, ao alunado e à comunidade local; e vedar a atuação da GMC em ambientes escolares em casos de mera indisciplina;
- Promover atividades recreativas e socializantes nas escolas aos finais de semana;
- Criar Ouvidorias Externas da GCM onde elas ainda não existam (art. 13, II do Estatuto das Guardas Municipais);
- Criar Mecanismo de controle sobre a GCM, com poder disciplinar e dirigido majoritariamente por organizações da sociedade civil (art. 13, § 1º do Estatuto das Guardas Municipais);
- Efetivar a carreira única, com proibição de exigência de concursos externos para progressão;
- Desmilitarizar os regimentos disciplinares e estatutos, banindo arbitrariedades que permitem abusos internos na GCM;
- Criar Conselhos Municipais de Segurança regionalizados que permitam o diálogo entre comunidade e GCM na confecção de políticas públicas de segurança,



garantindo a participação de mulheres, LGBTQIA+, negros e negras, pessoas com deficiência, indígenas, trabalhadores e trabalhadoras do campo;

- Criar divisões desarmadas na GMC especializadas em mediação de conflitos;
- Capacitar a GMC para combate a lgbtfobia, machismo, racismo, xenofobia, capacitismo, etarismo, tortura e toda forma de opressão;
- Ressignificação de espaços abandonados por meio de projetos como hortas públicas em terrenos baldios e inabitados, que aumentam a sensação de insegurança e a violência pública;
- Valorizar a profissão do Guarda Municipal, com aumento imediato de salário, reformulando o plano de carreira, acabando com “promoções” por indicações políticas, investindo em treinamentos para que se compreenda a importância da segurança pública e suas consequências, conscientizando para o combate a LGBTfobia, racismo e violência contra a mulher;
- Usar o Estatuto da Cidade para povoar e movimentar lugares esquecidos por parte da administração municipal, e que por isso tem maior grau de criminalidade. Investimentos em urbanização, aumentando a mobilidade e consequentemente a movimentação de pessoas em todas as áreas da cidade, o que comprovadamente diminui os índices de violência;
- Ampliação e manutenção do sistema de iluminação pública do município;
- Ampliação e manutenção do sistema de vigilância por câmeras, visando facilitar e otimizar o trabalho dos guardas municipais e reduzir a criminalidade;

15. PARTICIPAÇÃO POPULAR E TRANSPARÊNCIA

Sabemos que um dos motivos da atual insatisfação com a política é o fato de que a democracia atual se dá de forma encolhida e restrita. A participação popular tem se



resumido a consulta das urnas de dois em dois anos e nota-se que cada vez mais setores da população não se sente representados pelo atual sistema político.

Dado esse cenário, para além das inúmeras propostas feitas ao longo de nosso programa apresentamos mais proposições para o aprofundamento da democracia na cidade:

- Orçamento Participativo;
- Aprofundamento da democracia digital, permitindo a criação de leis municipais via assinatura eletrônica dos munícipes;
- Fortalecimento dos conselhos, que devem ser de fato deliberativos e representativos de sua determinada área;
- Estabelecimento de canais nas redes sociais para contato direto com a prefeitura e suas secretarias para reclamações e proposições;
- Criação de Totens nos pontos de ônibus para comunicação pública com a população, estimulando sua participação;
- Conselhos populares e secretaria de políticas para mulheres, LGBTQIA+ e igualdade racial;
- Ampliação da Bancada Feminista do PSOL nas Câmaras. Por uma articulação conjunta dos vereadores e vereadoras do PSOL na construção de projetos de lei interseccionais e que aproveitem as iniciativas já propostas em outros municípios pela bancada do partido;
- Obrigatoriedade da administração municipal de publicar todas suas receitas e gastos no Portal da Transparência de maneira acessível a qualquer cidadão;
- Divulgação semanal de audiências públicas e assembleias de conselhos municipais nos principais pontos da cidade/totens;
- Fiscalização como parte da gestão democrática da cidade: canais abertos de apresentação de demandas e denúncias de irregularidades;



- Congresso da Cidade para escolha de investimentos prioritários e acompanhamento da execução do Orçamento Popular;

16. LGBTQIA+

Nós, do PSOL, devemos reafirmar nossos princípios e seguir na luta contra a extremadireita e o fundamentalismo, participando da luta LGBTQIA+ com uma visão ecossocialista e revolucionária, interseccionando raça, classe, gênero e diversidade sexual, de gênero e de sexo biológico, alinhada ao movimentos negro e indígena e às demandas populares e periféricas, com prioridade para as demandas das pessoas trans.

Nosso plano de governo propõe as seguintes pautas:

- Criação ou fortalecimento de Conselhos Municipais de Políticas Públicas LGBTQIA+, com estrutura de atuação e capacidade deliberativa, e de Secretarias Especializadas no âmbito municipal para formular e executar políticas destinada às pessoas LGBTQIA+;
- Criação de Programas Municipais LGBTQIA+ que sistematizem as políticas locais e estipulem metas e prazos para sua execução;
- Criação de Programas e Observatórios Municipais de Combate à Violência contra LGBTQIA+;
- Realização de capacitações e cursos de formação em direitos humanos, diversidade de gênero, sexualidade e de sexo biológico em todas as esferas do funcionalismo público para combater e prevenir a reprodução da violência contra pessoas LGBTQIA+ no âmbito da administração municipal;
- Desenvolvimento de materiais didáticos e paradidáticos de educação em direitos humanos para combater a violência dentro das escolas municipais;
- Desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à saúde da mulher,



atendendo especificidades das mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais...

- Criação e/ou ampliação de programas e serviços de assistência social específicos para o atendimento à população LGBTQIA+;
- Criação de programas focados na formação profissional, na geração de emprego e no acesso à moradia para pessoas trans em situação de exclusão e vulnerabilidade social;
- Ampliação da rede de enfrentamento à violência doméstica e de atendimento à população LGBTQIA+, como centros de referência e cidadania de mulheres, casas de passagem e casas abrigo regionais, com equipes multidisciplinares
- Quanto à vítimas de violência decorrente do gênero: protocolos unificados entre assistência social e saúde, garantia de auxílio aluguel ou outras políticas de segurança habitacional e capacitação de servidores públicos;
- Assegurar que hospitais públicos tenham o serviço de abortamento legal com tratamento digno;

17. JURÍDICO

- Direito à cidade, tarifa zero, moradia;
- Concessão do direito de superfície de bens imóveis nos moldes do Plano Diretor para produção agroecológica;
- Revisão das renúncias fiscais operadas de forma a transformar direitos sociais em negócio;
- Retomada do investimento em habitação de interesse social, priorizando modelos ;em que não há transferência de propriedade;
- Ampliação da instituição de ZEIS e processos de regularização fundiária que contemplem assentamentos populares;



- Instituição dos Conselhos Gestores das ZEIS;
- Apoio técnico de universidades a fim de determinar parcelamento, edificação ou utilização compulsórios do solo;
- Estatização do transporte público sob controle de trabalhadores/usuários, organizados em conselhos populares;

18. DEMANDAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO

- Reorientação da política de acolhimento institucional do modelo integrado (ou por etapas) para um modelo orientado pela habitação, com a ampliação de equipamentos “portas de saída” - repúblicas, projetos de moradia social e locação social para população em situação de rua em consonância com políticas de redução de danos;
- Ampliação de vagas de acolhimento que considerem arranjos familiares e perfis diversos;

19. MEMÓRIA E VERDADE, ARTE E CULTURA, IDENTIDADE

- Estatização de todos os equipamentos culturais;
- Centros culturais em todos os bairros, coordenados pela comunidade;
- Educação transversal de justiça de transição para consolidação da democracia;

20. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- Realização de relatórios de impacto para a avaliação de potenciais riscos a direitos fundamentais;



- Amplo debate social na adoção de novas tecnologias que possam implicar vigilância;
- Programas de adequação do tratamento de dados pessoais sob controle dos municípios à LGPD, sem que se firmem pressupostos de transparência e acesso às informações.

LUCAS GABRIEL DE SOUSA QUEIROZ BATISTA (LUSO QUEIROZ) |
PREFEITO

ELIANE DA SILVA (LYA SANTOS) | VICE-PREFEITA

UBIRACY DOS SANTOS | PRESIDENTE MUNICIPAL PSOL

PRISCILA NASCIMENTO DA LUZ | PRESIDENTE MUNICIPAL REDE